AS NAÇÕES UNIDAS E A REESTRUTURAÇÃO DA ORDEM MUNDIAL*

Helio Jaguaribe

Em nome da Sociedade Brasileira de Amigos das Nações Unidas cabem-me o prazer e a honra de expressar a todos os presentes os nossos calorosos votos de boas-vindas e agradecimentos.

O período de 22 a 27 de outubro de 1990 figura, no calendário mundial, como Semana das Nações Unidas, durante a qual se celebrou, em todos os países, a passagem do 45º aniversário daquela organização, sem dúvida a entidade histórica mais importante e mais bem-vinda até agora criada pelo homem.

Não é, porém, só pela suprema finalidade de velar pela Paz Mundial, de manter a Paz Mundial — como tem velado e mantido até agora — que a Organização das Nações Unidas deve ser lembrada e aplaudida hoje e cada vez mais. É também pela extraordinária folha de serviços que já prestou e continua prestando à humanidade inteira.

Com efeito, é de justiça reconhecer e proclamar que, graças a suas atividades, a Organização das Nações Unidas já provocou, antes de completar meio século de existência, uma profunda mudança, para melhor, de atitude dos povos, tanto a favor dos direitos humanos, da emancipação da mulher, do amparo à criança, do planejamento familiar, como contra a poluição, a discriminação racial e a exploração predatória dos sistemas biológicos básicos, de que dependem a vida e a própria sobrevivência do homem.

Para falar sobre tais serviços e sobre o papel das Nações Unidas na virada dos tempos, quando o mundo se despede do século XX e entra no século XXI, temos a boa sorte de contar com a cultura científica e o brilhantismo intelectual do Prof. Helio Jaguaribe, a quem dou a palavra.

Luiz Simões Lopes

* Discurso proferido na celebração da Semana das Nações Unidas, em 22.10.90.

Estamos aqui, em *petit comité*, para travarmos um diálogo sobre o que o Dr. Luiz Simões Lopes tão oportunamente salientou: a extraordinária relevância das Nações Unidas no mundo que está agora em plena reformulação.

Vou submeter aos estimados amigos algumas idéias com a intenção de que, em seguida, travemos uma discussão em torno delas, para haver um multidiálogo na nossa reunião, a respeito do que me parece representarem as Nações Unidas neste momento de reestruturação do mundo. Não estamos apenas, como já foi assinalado pelo Dr. Luiz Simões Lopes, celebrando uma data que por si mesma seria merecedora de nossa atenção: 45 anos da assinatura da carta de São Francisco e desde que a ONU se pôs em marcha.

Nós estamos, creio, sobretudo refletindo a respeito das condições mediante as quais, num mundo extremamente transformado por eventos — alguns não recentes, mas outros de pouco tempo —, se possa instituir um sistema que assegure a regulação eqüitativa e racional dos interesses coletivos da humanidade. E isso num momento em que, pela primeira vez, desde a fundação das Nações Unidas, se abre a possibilidade de que estas possam desempenhar as funções para as quais foram desenhadas. É realmente algo, por um lado, constrangedor — se olhamos o passado — e, por outro, animador — se olhamos o futuro — a circunstância de que, somente meio século depois de sua constituição, os aspectos mais relevantes da atuação das Nações Unidas, precisamente aqueles que determinam a sua constituição, se revelam um eficaz instrumento de preservação da ordem mundial e da manutenção da paz. Somente agora isso parece tornar-se viável, com o fim da guerra fria.

Vou submeter aos senhores algumas considerações a respeito de dois principais aspectos daquilo que me parece relevante em torno dessa temática. O primeiro é a análise de algumas características que resultam desse novo mundo; e o segundo, uma breve indicação de alternativas com as quais nos defrontamos, conforme certas coisas sejam feitas, ou não, em tempo oportuno.

Imperativo de uma ordem mundial

Creio que uma das características mais importantes desse momento, na perspectiva das Nações Unidas, é a circunstância de que o mundo adquiriu uma consciência — que podemos dizer que é universal — de que ele não tem mais viabilidade, já não digo a prazo secular, mas a prazo relativamente médio, se alguns interesses fundamentais da humanidade não forem objeto de uma administração racional e eqüitativa. Por outro lado, está-se abrindo, pela primeira vez na história das Nações Unidas e, na verdade, na história da nossa existência como espécie humana, a possibilidade de que os interesses coletivos da humanidade sejam regulados com eficácia, racionalidade e eqüidade. Existem as condições minimamente necessárias e, quase direi, suficientes para que isso possa ocorrer. Daí, evidentemente, a enorme importância do presente momento quando, com a consolidação da paz nas relações Leste-Oeste, as oportunidades de atuação das Nações Unidas se tornam extremamente grandes.

Desde logo, a todos nós não escapa o fato de que o término da guerra fria fez recuar para um horizonte bastante remoto a possibilidade de extermínio nuclear da

humanidade. Tal possibilidade foi extremamente iminente. Creio que se poderia dizer que o mundo escapou por sorte da hecatombe nuclear porque, em vários momentos e circunstâncias, algumas vezes até por acidente, poder-se-ia ter desencadeado essa grande hecatombe. Tal possibilidade torna-se agora extremamente remota, e isso, obviamente, é algo da maior importância.

Colapso do comunismo

O segundo aspecto que me parece importante salientar, que está por trás da circunstância de haver a ameaça de extermínio nuclear se tornado tão remota, é o fato, surpreendente para todos nós, de que sobreveio, a partir de 1988, aceleradamente em 1989, definitivamente em 1990, o colapso do comunismo internacional. Algo que eu, pessoalmente, não pensava que chegasse a ver em minha vida: a transformação substancial da União Soviética, da República Democrática Alemã, de toda a Europa do Leste. Algo de extraordinário, simbolizado pela derrubada do Muro de Berlim. Como dizia ainda há pouco o Dr. Benedicto Silva, em conversa comigo, nos foi dado ver o sucessor de Stálin ganhar o Prêmio Nobel da Paz. Ganhá-lo e merecê-lo.

Ocorreu, assim, uma transformação profunda em toda essa importante área do mundo, em virtude da qual sistemas fechados, burocráticos, totalitários se converteram em sistemas abertos, estão-se tornando democracias e economias de mercado. Estão caminhando, a meu ver — passadas naturalmente as oscilações pendulares que essas circunstâncias sempre produzem — , para se consolidarem, em prazo não remoto, como social-democracias.

Sociedades pós-industriais

Outro aspecto que gostaria de salientar, igualmente relevante, é o fato de que inovações científico-tecnológicas, que marcam esta segunda metade do século e se aceleram conforme nos aproximamos do seu final, estão criando uma nova sociedade: a sociedade pós-industrial, a sociedade da informática, a sociedade de serviços. A distância que está separando os países informatizados dos países meramente industrializados é muito semelhante à verificada em outro período histórico, quando os países industrializados se distanciaram daqueles que permaneceram agrários. A distância que passou a separar as sociedades pós-industriais, informatizadas, de sociedades que ainda hoje permanecem agrárias, tornou-se simplesmente abissal. Parece quase uma relação entre o neolítico e o mundo contemporâneo.

Megamercados

O quarto aspecto que importa salientar é como dentro desta sociedade pós-industrial está-se gerando uma nova modalidade do relacionamento econômico, através da formação dos megamercados. A Europa, no horizonte de 1992, os EUA com o Canadá, o Japão articulado com os países asiáticos estão transformando profundamente as relações industriais em comércio. Tudo indica que serão mais liberais no sentido geral e que, portanto, vai haver um significativo aumento da produtividade

geral do mundo e, certamente, dos países beneficiados pelos megamercados. Por outro lado, não pode haver dúvida de que haverá formas muito seletivas de protecionismo dos megamercados e de que há motivo de preocupação para os países subdesenvolvidos, exportadores de matérias-primas, cujo preço está em declínio.

Norte-Sul

Outro aspecto, finalmente, que importa assinalar é o fato de que, a despeito da paz mundial, da instauração de um mundo cibernético e de vários dos aspectos que acabei de mencionar, continua, de forma cada vez mais agravada, a brecha Norte-Sul. O Terceiro Mundo continua miserável, ignorante, apresentando condições francamente deterioradas para poder enfrentar este fim-de-século e o princípio do próximo.

É diante desse quadro que caberia o esforço de identificar quais são os principais problemas com que se defronta o mundo e, sem embargo das novas facilidades, algumas das quais acabei de mencionar, quais são os obstáculos que dificultam a solução desses problemas.

Três problemas mundiais

Toda enumeração de problemas fundamentais, num processo que apresenta características de um *continuum*, é um pouco arbitrária. Creio que não estaria errado se, independentemente de outras modalidades classificatórias, igualmente válidas, assinalasse o fato de que, no meu entendimento, o mundo se defronta com três problemas fundamentais. Problemas sem a solução dos quais ele tenderia a perder viabilidade em prazo relativamente curto. Esses três problemas são, em primeiro lugar, a necessidade de que a ordem mundial não seja apenas um compromisso de coexistência, já agora cooperativo, entre as superpotências, mas uma eqüitativa universalização da lei para todos os países e para todos os homens. Importa, na instauração de uma eqüitativa ordem mundial, que a paz não seja apenas a supressão do pesadelo do extermínio nuclear do mundo, mas que se entenda às diversas áreas conturbadas, onde a violência impera cotidianamente. Estou pensando, evidentemente, no Oriente Médio, no subcontinente indiano, nos riscos de confrontação em torno de Caxemira. Estou pensando em outras áreas do mundo agitadas por uma violência em relação à qual a paz da relação Leste-Oeste não chegou. Há um problema de universalização efetiva de uma ordem mundial, eqüitativa, com uma universalização efetiva da paz.

O segundo problema, absolutamente capital, que felizmente está comandando uma consciência crescente por parte de todo o universo civilizado, é o da ecologia. Muito tardiamente, mas, quem sabe, ainda possivelmente a tempo de evitar uma catástrofe de outra natureza — eventualmente não menos grave do que seria o extermínio nuclear — os homens se deram conta de que a capacidade de agressão da civilização industrial-tecnológica sobre a natureza supera a capacidade dos reequilíbrios espontâneos da biosfera. Pela primeira vez, tornou-se evidente a idéia de que a natureza não é uma coisa infinita, da qual se possam tirar continuadamente

recursos para atender às necessidades humanas. A natureza tem limites, além dos quais pode entrar em colapso. E o colapso da natureza significa o colapso da espécie humana. Temos agora, pela primeira vez, um outro tipo de risco para a espécie, não decorrente da guerra, mas precisamente da paz; decorrente da indústria, daquilo que parecia o óbvio no atendimento a nossas necessidades, mas que está ultrapassando claramente a capacidade de autocorreção espontânea do ecúmeno natural.

Finalmente, diria que o terceiro grande problema do mundo é o do desequilíbrio entre o Norte e o Sul. Corrigido o grave risco — que poderia ser fatal para a humanidade — da confrontação Leste-Oeste, nos defrontamos com outro desequilíbrio, que num primeiro momento, mais superficial, pode parecer menos grave, por não envolver riscos imediatos de extermínio do mundo: o desequilíbrio Norte-Sul. Entretanto, se o examinarmos mais de perto, observaremos que as condições necessárias à sustentação da civilização contemporânea estão apoiadas em determinados valores, não apenas em máquinas, não apenas em saberes, mas em condutas, em formas de relacionamento dos homens entre si. O fundamento dessa nossa civilização é um certo conceito da liberdade e da eqüidade, em sentido amplo, em sentido social. Não é possível manter um paraíso de progresso, de bem-estar, uma grande social-democracia, nas ilhas do Norte, se três quartos da humanidade estiverem submetidos à miséria, à fome e a condições cada vez mais deterioradas. Simplesmente, esse mundo não se sustenta. Assim como o mundo civilizado se deu conta de que não podia manter uma pequena minoria burguesa explorando uma grande massa proletária, e foi obrigado a civilizar o capitalismo no curso de um longo processo que está atingindo agora resultados razoavelmente satisfatórios, com as grandes massas ocidentais sendo incorporadas a níveis razoáveis de educação, de atendimento médico, de participação nos benefícios da civilização, da mesma maneira o mundo tem um proletariado do Sul que, simplesmente, não poderá e não vai ficar indefinidamente submetido à miséria, à ignorância e à espoliação, como ora se encontra. Trata-se de uma situação em que fatores externos produzem, direta e indiretamente, efeitos espoliativos, mas em que predominam os fatores internos. O subdesenvolvimento é algo que ocorre sobretudo por deficiências internas, mas em função dessa coisa inevitável que é a retroalimentação da ignorância, a retroalimentação da miséria. Por isso mesmo, a partir de um certo nível o subdesenvolvimento só tem correção com apoio externo.

Os obstáculos

Esses três problemas, sem prejuízo de sua complexidade, situam-se num nível perfeitamente solúvel, do ponto de vista do nosso conhecimento técnico, da nossa capacidade econômico-financeira, da nossa habilidade administrativa. Eles são basicamente solúveis. E, no entanto, não estão apresentando sinais de que venham a ser eficazmente tratados, em prazos úteis. Quais são os grandes obstáculos para que universalizemos a ordem mundial e a paz? Para que asseguremos condições sustentáveis no relacionamento entre o mundo tecnológico e o mundo da natureza? Para que eliminemos a miséria, a ignorância e a ignomínia no hemisfério Sul? Eu diria que os obstáculos podem ser localizados (mais uma vez a enumeração apresenta

um quanto inevitável de arbítrio) em uma situação de fato, no que diz respeito à paz mundial, e em uma situação de debilidade, tanto dos agentes como dos instrumentos, no que diz respeito aos outros dois problemas.

A paz mundial

O problema da paz mundial decorre da circunstância de que, ainda que todos os homens estejam de acordo com a necessidade que está expressa na Carta das Nações Unidas, de formas consensuais, arbitradas, para a solução dos conflitos, *de facto* conflitos estão existindo. O Kuwait foi invadido mesmo, e as forças iraquianas lá estão, a despeito de reiteradas declarações das Nações Unidas, através do Conselho de Segurança, determinando a irrestrita, a incondicional evacuação das áreas ocupadas. Simplesmente a força militar está lá, e ainda perdura sobre o mundo o peso gravíssimo de que só se possa cumprir a determinação das Nações Unidas através de uma ação militar de grande envergadura. Esperemos que não seja assim. E não escapa aos que estão acompanhando o problema que os indícios da viabilidade de uma solução diplomática felizmente parecem estar aumentando. Mas a situação de periculosidade é evidente.*

Não pode também escapar à consciência honesta e eqüitativa das pessoas a circunstância de que o Estado de Israel, há vários anos, embora tendo sido provocado, continua ocupando, contra a determinação das Nações Unidas, a Faixa de Gaza e o lado ocidental da Palestina, numa situação cada vez mais intolerável, causando genocídios, proibindo pessoas de irem a seus lugares de origem, intervindo nos cultos muçulmanos. Essas situações são extremamente graves, e só estão existindo porque são apoiadas por forças militares; ou seja, estão-se revelando grandes dificuldades em se lidar com determinados conflitos regionais. Por quê?

Debilidades dos agentes

Aí entram exatamente os dois outros aspectos que, me parece, dificultam não somente — pelo menos no momento — a generalização da ordem mundial e da paz, como também o adequado tratamento dos problemas que mencionei: o ecológico e a questão do Terceiro Mundo. Ocorre que, no momento em que a guerra fria termina e é possível se estabelecerem formas consensuais de atuação das Nações Unidas, as superpotências, que naturalmente são os motores mais imediatamente disponíveis para intervir na atuação, encontram grandes debilidades internas. Nesse momento em que os espaços estão abertos, os EUA são um país financeiramente falido, um país com pouca unidade interior, com pouca capacidade de fixar políticas sérias, que mereçam o consenso razoável dos cidadãos. Nesse momento em que a guerra não existe mais, a União Soviética, embora sob a direção de um homem excepcional — tendo sido sorte da história ter surgido Mikhail Gorbachev na ocasião em que surgiu —, se defronta com a desarticulação de sua federação e com problemas de reestruturação terríveis. Em suma, as superpotências, de uma maneira ou de outra, se acham

* N. do E. Texto datado de abr.1991.

seriamente debilitadas para poderem atuar com os recursos de que, a princípio, poderiam dispor e colocá-los a serviço da solução dos problemas mundiais.

Ocorre, por outro lado, que outros países do mundo que, ao contrário, dispõem de formas crescentes de capacidade científica, técnica e nacional — estou pensando na Europa e no Japão — não têm a vontade política de intervir. Observam as crises de longe, como se o mundo não fosse deles, como se ainda estivéssemos dentro da bipolaridade, como se essa extraordinária capacidade de atuação financeira e administrativa de que dispõem não estivesse sendo solicitada. Não dão sua contribuição, senão de maneira remota, superficial. Ocorre, assim, que os grandes agentes mobilizadores de um espaço de possibilidades que agora se abriu estão padecendo, ou de deficiências para agir, ou de inércia para fazê-lo.

Embaraços operacionais da ONU

Acrescente-se que o instrumento que deve ser posto em movimentação pelos agentes eficazes está padecendo de severas limitações. Há uma crise financeira alarmante, que tornará impossível a manutenção dos serviços da ONU se o escândalo da dívida dos países para com ela não for tempestivamente resolvido. É uma vergonha se dizer que, da dívida de mais de US$670 milhões dos Estados-membros para com a Organização, cerca de 80% são devidos pelos países mais ricos do mundo. Os EUA, que mais utilizam o Conselho de Segurança, que têm mais presença nas Nações Unidas, são também seu maior devedor. Isso, evidentemente, não pode continuar.

Por outro lado, é manifesto o fato de que a estrutura operacional do órgão de maior eficiência, de maior importância das Nações Unidas, que é o Conselho de Segurança, reflete uma constelação de forças e de situações próprias da década de 40, que ficou claramente obsoleta. Não é admissível o fato de potências que adquiriram dimensões apenas médias conservarem hoje o direito de veto, com exclusão das grandes potências efetivas, como o Japão e a Alemanha. Há um desequilíbrio evidente. O Terceiro Mundo não tem representação adequada. Em suma, o Conselho de Segurança está congelado nas características que marcaram o momento de sua formação, características que eram então inteiramente razoáveis. Como acontece freqüentemente, entretanto, as instituições não acompanham a história, e a desatualização da estrutura do Conselho e de vários outros órgãos das Nações Unidas torna sua operacionalidade deficiente, diante dos problemas do mundo.

Feita essa sucinta apreciação de problemas e obstáculos, eu gostaria, encerrando uma palestra que desejaria fosse curta, para permitir uma ampla discussão posterior, de focalizar muito rapidamente algumas características de três principais problemas: o problema da paz, o problema da ecologia e o problema do Terceiro Mundo.

O problema da paz

Não é possível manter uma ordem mundial dotada de credibilidade se não houver uma solução adequada para a crise do Kuwait. A circunstância de que eventualmente

o Iraque se recuse a obedecer às injunções das Nações Unidas não pode constituir uma justificativa para que ele tenha o prêmio da conquista, contra as ordenações que regulam a conduta das nações e a vontade geral dos povos civilizados. Algo tem de ser feito. É evidente também que, sem prejuízo de o Estado de Israel, já vítima de várias agressões, ter todo o direito de exigir condições que assegurem a defensabilidade de suas fronteiras, a segurança de sua existência, esse Estado não pode, em nome de sua própria segurança, gerar a insegurança de terceiros. Não há dúvida quanto à necessidade de uma retirada do Estado de Israel, cumprindo outro mandato das Nações Unidas, da faixa ocidental do Jordão e da Faixa de Gaza. Ora, essas injunções, absolutamente necessárias para restabelecer a ordem mundial, não são fáceis. Se não houver pressões da opinião pública e outras circunstâncias — a eficácia do bloqueio, no caso do Iraque — que induzam os países ocupantes a tomarem posições consistentes com as determinações das Nações Unidas, torna-se necessária uma atuação militar. Ninguém ignora que uma atuação militar, no caso do Iraque, será, do ponto de vista das vidas humanas envolvidas, extremamente penosa. Não apenas porque parcelas muito grandes da população iraquiana, que não têm nada a ver com o seu ditador, vão ser sacrificadas por conta dos atos de um doido, como também porque o preço que irá ser pago pelas próprias forças que venham a implementar as decisões das Nações Unidas não será irrisório.

Não escapa a ninguém, também, que se o Estado de Israel resistir às injunções das Nações Unidas para sair da área ocupada, uma corretiva intervenção militar seria, politicamente, muito difícil e, em termos militares, também extremamente custosa. Em suma, não há dúvida nenhuma de que as intervenções militares, embora do ponto de vista da preservação da ordem mundial possam se tornar necessárias, são custosas. A solução desejável teria de ser uma solução diplomática.

É nesse sentido, creio, que há algumas iniciativas que mereceriam a atenção do mundo, as quais poderiam constituir uma saída válida para que pudéssemos restabelecer a ordem mundial a custo perfeitamente tolerável.

Desde logo, como se sabe, há certas negociações, a maior parte das quais se faz secretamente, entre o próprio Kuwait e o Iraque, que eventualmente podem conduzir a uma solução. Por outro lado, eu não esconderia a simpatia pela proposta do Presidente Mitterrand, apoiada pela União Soviética — sem prejuízo de que cada situação seja resolvida *per se* —, no sentido de que haja uma visão de conjunto do problema do Oriente Médio: que, concomitantemente com a liberação do Kuwait, haja condições de respeitabilidade para o povo palestino e se conduza, sem prejuízo da perfeita segurança do Estado de Israel, a liberação do estreito de Gaza e das áreas ocupadas.

A idéia de Mitterrand, de uma solução de conjunto, tem a vantagem de introduzir um elemento de eqüidade numa situação em que o mundo ocidental, indubitavelmente, ficou muito vulnerável a críticas do ditador do Iraque, de que usava toda a pressão possível num caso e toda a leniência possível no outro. A verdade é que o Sr. Saddam Hussein tem razão, nesse particular, e que a situação tem de ser vista com toda a objetividade, além de ser objeto de uma decisão de eqüidade.

Por outro lado, é manifesta a necessidade de que, havendo acordo das superpotências, o restabelecimento da ordem mundial e da paz no Oriente Médio se faça

mediante a instauração de um sistema de dissuasão de agressões futuras, que dê garantias ao Estado de Israel, ao Kuwait e a todas as potências da região de que novas aventuras militares não poderão ocorrer.

Não vejo outra saída senão, realmente, como já foi aventado por várias potências, que a solução dos problemas do Oriente Médio seja acompanhada pela montagem de um mecanismo dissuasório de caráter naturalmente militar, que garanta a estabilidade das fronteiras do Estado de Israel, a futura independência do Kuwait e, em suma, a preservação da ordem mundial nessa região.

O problema ecológico

A questão da ecologia é um problema que está exigindo, de parte do mundo, um esforço sério e rápido no sentido de se sair do discurso para a efetividade da ação. Neste momento, existe uma consciência ecológica mundial; há voluntários, notadamente no hemisfério Norte, querendo ajudar a preservação da natureza e atuando, freqüentemente, de modo muito eficaz, para evitar que formas abusivas de agressão à ecologia continuem sendo perpetradas. Mas os Estados estão falando mais em termos retóricos do que em termos reais. Não pode deixar de ser preocupante observar-se como o Norte — com razão, evidentemente — vê alarmado a devastação da Amazônia, mas não atenta para as suas principais agressões ecológicas. No tocante à Amazônia, o Brasil hoje, felizmente, enfrenta esse problema com nova consciência ecológica. Mas o que importa levar em conta é que as estatísticas disponíveis das Nações Unidas indicam que 80% da poluição do mundo vêm do Norte. Ali, onde há poluição local através de maciços eflúvios industriais, é que se aguça a sensibilidade pela preservação das orquídeas do Sul.

Numa situação de tal delicadeza como a que estamos vivendo, não conseguiremos um sistema de equilíbrio da civilização tecnológica com a natureza se não aceitarmos o imperativo da internacionalização das normas preservadoras da ecologia mundial, da mesma maneira como aceitamos a internacionalização das normas preservadoras da saúde, através da vacina obrigatória e de várias outras normas. Ou seja, o mundo já é levado, por causa da sua intercomunicação, a reconhecer a necessidade de internacionalizar, através de normas comuns, fiscalizadas por agências internacionais competentes, a preservação de vários interesses coletivos de relevância. É imperiosa a necessidade de preservação da ecologia, de um código internacional da ecologia, que seja aplicado de maneira eqüitativa em relação à totalidade do mundo.

Sou totalmente favorável a que, sem prejuízo da internacionalização da norma, se preserve a nacionalização de sua aplicação, da mesma maneira como, no Brasil, quem vacina é a autoridade sanitária brasileira e, na França, a autoridade sanitária francesa; mas a norma da vacina é universal e sua fiscalização é feita por agência especial de defesa da saúde, das Nações Unidas.

Alguma coisa que se assemelhe ao que logrou êxito experimental em outros domínios tem de ser conseguida para a ecologia. Uma internacionalização de norma, uma nacionalização de sua aplicação e uma responsabilização efetiva para quem não a cumprir, de sorte que esta norma não seja apenas uma retórica, mas um preceito

dotado de sanção, ainda que sob execução territorialmente delimitada — para cada Estado, em seu respectivo território.

Passo agora ao terceiro ponto, que talvez seja um dos mais delicados: a questão do desenvolvimento do Sul.

Desenvolvimento do Sul

Há poucas dúvidas hoje entre analistas internacionais, de que a China será um país desenvolvido em futuro não remoto, e de que a Índia e o Brasil também serão países desenvolvidos. O problema, sem dúvida, é de prazo. De quanto tempo o Brasil vai precisar para tornar-se um país desenvolvido? Na verdade, alarmantemente, ele poderia desenvolver-se dentro de 15 anos, mas tem a possibilidade de só vir a fazê-lo em 50 ou 60 anos. Eu poderia afirmar, com certa tranqüilidade, que se o País não entrar desenvolvido no século XXI, como poderia e deveria fazê-lo, pelo menos no final desse mesmo século será desenvolvido. A probabilidade é alta. Infelizmente, é lamentável verificarmos que, para nossa geração, estamos diante de uma alternativa de que esse horizonte, que várias vezes nos pareceu tão próximo, possa ser recuado para a dimensão dos nossos tataranetos. É uma realidade que precisamos encarar com toda objetividade.

Mas, pelo menos, esse horizonte é alcançável. Não é alcançável, estatisticamente falando, para a maior parte dos países soberanos do Terceiro Mundo, os quais sem ajuda externa, tendo em vista a acumulação que neles se verificou de miséria e ignorância, não dispõem de massa crítica de capital e *know-how* para poderem sair por conta própria de seu subdesenvolvimento. A partir de um certo nível de acumulação de ignorância e de miséria, forma-se um círculo perverso, em virtude do qual as elites ficam, de certa maneira, sociologicamente induzidas à iniqüidade. As condições se tornam de tal ordem, que a manutenção de níveis de elite só se pode fazer através de implacável espoliação das massas.

O mundo viveu isso historicamente. O que foi a Idade Média? O século XVI? E o XVII? Até há pouco tempo o Ocidente era isso: uma pequena elite aristocrática espoliando implacavelmente o camponês. O Terceiro Mundo, não autodesenvolvível, está nessa condição. E não sairá dela se não tiver uma assistência séria do mundo civilizado e adiantado para apressar sua emergência para a civilização, para níveis de dignidade humana.

Por isso me parece que há duas grandes tarefas a serem cumpridas no Terceiro Mundo. De um lado, o esforço sério de, através de auxílio internacional e competente, elevar a produtividade das economias do Sul de modo que elas consigam reduzir a necessidade de auto-espoliação interna que decorre da pobreza; e de outro, a tentativa de que, nesse processo, seja acoplada à ajuda a exigência de desenvolvimento humano. Está-se tornando cada vez mais nítido, no âmbito das Nações Unidas — que acabam de fazer um admirável esforço de mensuração internacional do que se denomina desenvolvimento humano — , que o desenvolvimento econômico tem de conter uma exigência de correlato desenvolvimento humano. É escandaloso o descompasso entre as duas modalidades de desenvolvimento. Países como Kuwait e Brasil têm níveis de desenvolvimento econômico incomparavelmente superiores

ao seu nível de desenvolvimento humano, enquanto países como Sri Lanka, países pobres da Ásia têm desenvolvimento humano incomparavelmente superior ao seu desenvolvimento econômico. Ou seja, a correlação não é automática nem linear, mas depende da forma pela qual a pouca riqueza que existe é administrada e distribuída. E a verdade é que em alguns casos — e nós infelizmente somos um dos escândalos do mundo — a riqueza é administrada de forma extremamente concentrada, em detrimento de gigantesca parcela da população.

Condições atuais

Termino essas considerações observando que nos defrontamos com uma situação, ao mesmo tempo, extremamente auspiciosa e extremamente grave. Extremamente auspiciosa porque, com o fim da guerra fria, as Nações Unidas vão poder funcionar; além disso a extraordinária acumulação de recursos, que caracteriza a superprodutividade do fim-de-século, gera sobejamente, os recursos necessários para que sejam enfrentados todos os problemas que acabei de mencionar. Temos no mundo dinheiro suficiente para corrigir os desequilíbrios ecológicos, para acabar com a miséria do Terceiro Mundo, desde que seja aplicado de forma racional e eqüitativa.

As condições existem. Mas, infelizmente, as possibilidades de que isso venha a se dar ainda são um pouco remotas. Tive ocasião de mencionar os principais obstáculos: situações de fato, determinadas por militarismos regionais, situações decorrentes da debilidade das superpotências e da falta de espírito público por parte dos países europeus e do Japão. E, finalmente, situações decorrentes da debilidade das próprias Nações Unidas.

Por isso concluo essas considerações dizendo que aquilo que nós podemos fazer — nós, que estamos pensando isso, que estamos preocupados com isso — são, na verdade, algumas poucas coisas. Primeiro, esse tipo de conversa. Estamos aqui, algumas dezenas de pessoas, e se vários grupos como este, pelo mundo afora, estiverem discutindo este assunto, neste momento em que é preciso refletir sobre o destino do mundo e das Nações Unidas, a consciência universal adquire estruturação. Passa a surgir e sedimentar-se certa consciência dos problemas e da possibilidade de sua solução. É muito importante isso.

E, por outro lado, creio que temos de fazer uma pressão de opinião pública para que as Nações Unidas se viabilizem em curto prazo, uma vez que estão ameaçadas de colapso por falta de dinheiro, com devedores que têm dinheiro no bolso e não pagam. É evidente que isso exige um esforço de pressão pública muito sério.

Terminaria, amigos, dizendo que um país como o nosso, como o Brasil, tem um papel a exercer em todas essas questões, extraordinariamente maior do que aquele que está empreendendo. E esse papel me parece envolver duas principais condições: uma que diz respeito a nossa capacidade de contribuir para fortalecer as Nações Unidas. Não sendo uma superpotência — vamos politicamente nos valer delas —, temos autoridade para cobrar dos demais que atendam aos seus compromissos, começando por pagar a nossa própria conta. Por outro lado, temos uma contribuição que pode ser extremamente grande, em matéria de promover o desenvolvimento

humano. Por quê? Podemos começar a fazê-lo em casa. Aqui está uma das manchas mais importantes do mundo em termos de subdesenvolvimento humano. E é uma das tarefas óbvias num país como o nosso — e nós aqui temos consciência disso — a de pressionarmos no sentido de que essa mancha seja superada através de um grande programa social, que eleve as grandes massas a níveis superiores de vida, de capacitação e de participação. O discurso do Presidente Collor está todo orientado nessa direção. Vamos dele cobrar para que a prática seja coerente com o discurso.